O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais, e considerando o deferimento dos pedidos de promoção por conhecimento, protocolizados no mês de janeiro de 2022, pertinentes aos servidores ocupantes de cargos das carreiras da CAAPSML, conforme Lei Municipal nº 9.337, de 19 de janeiro de 2004 e suas alterações posteriores, bem como o preenchimento dos requisitos e da pontuação regulamentares, previstos no Decreto Municipal nº1.052/2012,

DECRETA:

Art 1º A concessão da Promoção por Conhecimento, nos termos abaixo:

a) CONFORME ANEXO ÚNICO
b) LEGISLAÇÃO: Art. 8º da Lei Municipal nº 9.337, de 19 de janeiro de 2004 e alterações posteriores.

Art 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Londrina, 28 de abril de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo, Luiz Nicacio, Superintendente da CAAPSML

Anexo Único do Decreto nº 447/2022

Servidor		Cargo	FUNÇÃO		Sit. Anterior			Sit. Atual			Data Vigência
					Tab	Ref	Nív	Tab	Ref	Nív	
153494	THAIS ANDRESSA SANDRINI FIORATTE	Técnico de Gestão Pública	TGPB01	Assistência Técnica de Gestão	6	III	9	6	IV	9	01/02/2022

DECRETO Nº 451 DE 29 DE ABRIL DE 2022

SÚMULA: *Altera o Decreto Municipal n° 436, de 18 de julho de 2007, que dispõe sobre normas de processo administrativo e de aplicação de sanções administrativas no âmbito do Núcleo Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON-LD.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 8º, do Decreto Municipal n° 436, de 18 de julho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"***Art. 8º.*** *A pena de multa será fixada de acordo com a gravidade da infração, a extensão do dano causado aos consumidores, a vantagem econômica auferida, a condição econômica do fornecedor e a proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção, na forma do presente Decreto e seu anexo, e aplicada por decisão em processo administrativo sancionatório.*

§ 1º. *A pena de multa será aplicada observando-se os limites mínimo e máximo previstos no parágrafo único, do art. 57, da Lei nº 8.078/1990, os quais serão atualizados pelo índice IPCA-e, desde novembro de 2000 até a data de aplicação da respectiva sanção;*

§ 2º. *A dosimetria da pena de multa será feita em três fases:*

I – *primeiramente, proceder-se-á à fixação da pena-base, calculada em função dos critérios definidos pelo art. 57 da Lei nº 8.078/1990;*

II – *em seguida, serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes previstas no art. 13, incisos I e II, bem como as causas de diminuição de pena previstas no art. 14, ambos deste Decreto; e*

III – *por fim, será verificada a proporcionalidade, nos termos do artigo 14-A deste Decreto.* "

Art. 2º. O *caput* e o inciso I do artigo 13, do Decreto Municipal n° 436, de 18 de julho de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"***Art. 13.*** *A Pena Base poderá ser atenuada de 1/7 (um sétimo) a ½ (metade) ou agravada de 1/2 (metade) ao dobro se verificadas no decorrer do processo a existência das circunstâncias abaixo relacionadas.*

I – *Consideram-se circunstâncias atenuantes:*

a) *a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato;*

b) *ser o infrator primário;*

c) *ter o infrator adotado as providências pertinentes para minimizar ou reparar os efeitos do ato lesivo;*

d) *a confissão do infrator;*

e) *a participação regular do infrator em projetos e ações de capacitação e treinamento oferecidos pelos órgãos integrantes do SNDC; e*

f) *ter o fornecedor aderido à plataforma Consumidor.gov.br, de que trata o Decreto nº 8.573, de 19 de novembro de 2015.* "

Art. 3º. Fica acrescido o artigo 14-A ao Decreto Municipal n° 436, de 18 de julho de 2007, que vigorará com a seguinte redação:

"***14-A.*** *A pena de multa, apurada nos moldes dos artigos 8º a 14, não ultrapassará o limite de 50 (cinquenta) vezes o valor de eventual dano material sofrido pelo(s) reclamante(s), observado o contido no § 1º do art. 8º desta Decreto.*

Parágrafo único. *Não havendo eventual dano material objeto da reclamação que ensejou a autuação, ou quando se tratar de fiscalização realizada pelos fiscais do PROCON-LD, não será aplicado o disposto no caput.* "

Art. 4º O artigo 41, do Decreto Municipal n° 436, de 18 de julho de 2007, passa a vigorar acrescido do inciso V, com a seguinte redação:

"*Art. 41.* *(...)*

V – *a determinação de notificação do representado para apresentar defesa no prazo estabelecido no art. 68 especificar as provas que pretende produzir, de modo a declinar, se for o caso, a qualificação completa de até três testemunhas, mediante fornecimento do motivo para o seu arrolamento e sempre que possível:*

a) *nome;*

b) *profissão;*

c) *estado civil;*

d) *idade;*

e) *número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas;*

f) *número de registro da identidade; e*

g) *endereço completo da residência e do local de trabalho.* ”

Art. 5º. O artigo 50, do Decreto Municipal n° 436, de 18 de julho de 2007, passa a vigorar acrescido do inciso IX, com a seguinte redação:

“*Art. 50.* *(...)*

IX – *a cientificação do autuado para, no prazo da defesa, especificar as provas que pretende produzir, de modo a declinar, se for o caso, a qualificação completa de até três testemunhas, mediante fornecimento do motivo para o seu arrolamento e sempre que possível:*

a) *nome;*

b) *profissão;*

c) *estado civil;*

d) *idade;*

e) *número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas;*

f) *número de registro da identidade; e*

g) *endereço completo da residência e do local de trabalho.* ”

Art. 6º. O artigo 77, do Decreto Municipal n° 436, de 18 de julho de 2007, passa a vigorar acrescido dos §§ 3º, 4º e 5º, com a seguinte redação:

“***Art. 77.*** *(...)*

§ 3º. *O julgador indicará as providências a serem tomadas pelos responsáveis para fazer cessar a infração, quando for o caso, fixando prazo para seu cumprimento, sob pena de multa diária.*

§ 4º. *O julgador poderá fixar multa diária em caso de continuidade da infração.*

§ 5º. *As multas diárias mencionadas nos parágrafos 3º e 4º corresponderão a 1% (um por cento) do valor total da pena de multa fixada para o caso e limitar-se-ão ao máximo de 30 (trinta) dias.* ”

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 29 de abril de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo

---

DECRETO Nº 452 DE 29 DE ABRIL DE 2022

SÚMULA: Concede aposentadoria a Sandra Aparecida Gomes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais, considerando o processo SEI nº 43.003736/2022-57,

DECRETA:

Art.1º Fica concedida aposentadoria voluntária, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a contar de 1º de maio de 2022, a Sandra Aparecida Gomes, ocupante do cargo de Professor, na função de Docência de Educação Física posicionada na Tabela/Ref./Nível 11/II/53.

§ 1° O benefício tratado no caput está fundamentado no Art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005.

§ 2º Os proventos de aposentadoria equivalem a R$ 5.683,87, no mês referência abril de 2022, conforme segue discriminado:
I- Código 01 – Salário Básico Estatutário (120h) - 100%.....R$ 3.444,61;
II- Código 02 – Adicional Por Tempo De Serviço - 44,666% .....R$ 1.614,87;
III- Código 50 – Complementação Salarial - 100%.....R$ 170,83;
IV- Código 463 – Grat. Exerc. Cargo Magistério - Lei 11317/11 -100%.....R$ 453,56;
V- Total mensal.....R$ 5.683,87;
VI- Total mensal x 12 + abono de natal.....R$ 73.890,31.

Art.2º Fica vago o cargo constante no artigo anterior, conforme previsto nos Arts. 60, V, e 61, III, da Lei Municipal nº 4.928/92, de 17 de janeiro de 1992.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Londrina, 29 de abril de 2022. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, João Luiz Martins Esteves, Secretário(a) Municipal de Governo, Julliana Faggion Bellusci, Secretário(a) Municipal de Recursos Humanos, Luiz Nicacio, Superintendente da CAAPSML